

Plano Condor: não é permitido esquecer



(M.J. Arce, 10 de julho)

O que ocorreu na América do Sul na época das ditaduras militares, nas décadas de 1970 e 80, dói e comove, e também se sente vergonha ao ver que os assassinos de tanta gente inocente puderam prosseguir suas vidas na maior tranquilidade.

O recente ditame da Corte de Apelações de Roma, na Itália, contra agentes da repressão dos regimes que imperaram nessas nações representa um sinal de que a impunidade pode ser punida e vencida, e que os crimes contra a humanidade podem ser alvo de processos judiciais.

Nesta ocasião, 24 militares, policiais e políticos do Uruguai, Chile, Peru e Bolívia foram condenados a cadeia perpétua, em segunda instância, por sua participação no chamado Plano Condor. O tribunal italiano modificou a primeira sentença, de janeiro de 2017, que impusera cadeia perpétua a apenas oito dos acusados. Os demais tinham sido absolvidos sob o argumento da prescrição dos delitos.

Na lista estão Luis Arce, ex-ministro do Interior da Bolívia, Francisco Morales, ex-presidente do Peru, e Juan Carlos Blanco, ex-ministro de Relações Exteriores do Uruguai. Há 20 anos atrás, parentes de desaparecidos de origem italiana tinham denunciado os casos em Roma.

O chamado Plano Condor deixou saldo de 50 mil assassinados e 30 mil desaparecidos. Foi concebido e coordenado pelos serviços de segurança dos regimes militares do Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, e contou com a colaboração da CIA – Agência Central de Inteligência dos EUA.

O propósito da operação era reprimir os opositores e calar suas vozes. Para isso, apelou a práticas terroristas e torturas, prendendo umas 400 mil pessoas e empurrando muitas outras para o exílio. Nela se envolveram diretamente os ditadores Augusto Pinochet, do Chile, Hugo Bánzer, da Bolívia, Alfredo Strossner, do Paraguai, João Batista Figueiredo, do Brasil, Jorge Rafael Videla, da Argentina, e Juan María Bordaberry, do Uruguai.

Há poucos dias, autoridades latino-americanas viajaram à capital italiana para assistir à leitura do ditame judicial, considerando-o emocionante e muito importante. “Viemos até aqui, a Roma, para respaldar a luta contra a impunidade, e porque temos a obrigação de não esquecer”, declarou o vice-ministro boliviano da Justiça, Javier Moncada.

No Chile, a presidente do Agrupamento de Familiares de Executados Políticos, Alicia Lira, afirmou que a justiça nesse país deveria ver o ditame como um exemplo para condenar crimes de lesa humanidade.

Para os que tem conhecimento do que aconteceu nessa triste etapa da história da América do Sul constitui uma satisfação ver que, embora o caminho muitas vezes tenha sido longo e tortuoso, é possível aplicar a justiça.

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/especiales/comentarios/195719-plano-condor-nao-e-permitido-esquecer>



Radio Habana Cuba